

# ***BSB Energética S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo  
em 31 de Dezembro de 2018 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
Sobre as Demonstrações Financeiras*

Santana & Sousa Auditores Independentes.

BSB Energética S.A.

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018 e de 2017

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado do exercício

Quadro III - Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Diretores da  
BSB Energética S.A.  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da BSB Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSB Energética S.A. S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases:**

**Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente da investida Brasil PCH S.A.**

Os bens do ativo imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente da investida Brasil PCH S.A (“Brasil PCH”) são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatores e circunstâncias que estão mencionados na nota explicativa nº 3.5 às demonstrações financeiras. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Diferença de práticas contábeis entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Adotadas pela investida Brasil PCH S.A.**

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da investida Brasil PCH S.A., essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à manutenção do saldo do ativo diferido. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.



## **Outros assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob nossa responsabilidade cujo relatório de auditoria sem modificação, datado de 30 de maio de 2018, mencionou as mesmas ênfases acima intituladas “*Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente da investida Brasil PCH S.A*” referente a possibilidade de alterações dos prazos de depreciação de ativos do imobilizado da investida Brasil PCH S.A. conforme novas informações ou decisões do Órgão regulador ou do poder concedente, e “*Diferença de práticas contábeis entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotadas pela investida Brasil PCH S.A.*” no que se refere à manutenção do saldo do ativo diferido.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.**

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras.**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

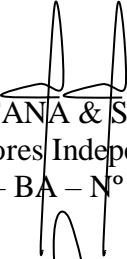


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de março de 2019



SANTANA & SOUSA  
Auditores Independentes  
CRC – BA – N° 622



Alberto da Silveira Lima  
Contador  
CRC – BA – N° 9.093

**QUADRO I**  
**BSB ENERGÉTICA S.A**  
**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>CIRCULANTES</u>				<u>CIRCULANTES</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.062	3	Obrigações fiscais		65	-
Dividendos a receber	5	2.646	9.575	Dividendos a pagar		35.814	8.658
Total dos ativos circulantes		<u>28.708</u>	<u>9.578</u>	Total ds passivo circulantes		<u>35.879</u>	<u>8.658</u>
<u>NÃO CIRCULANTES</u>				<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Mútuo	8	947	947	Capital social	7	1.957	1.957
Investimentos	6.2	27.171	41.151	Reservas de lucros		1.957	1.957
Imobilizado		21	28	Dividendos adicionais propostos		-	22.122
Total dos ativos não circulantes		<u>28.139</u>	<u>42.126</u>	Adiantamentos para futuro aumento de capital	8	17.054	17.010
						<u>20.968</u>	<u>43.046</u>
				Total do patrimônio líquido			
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u><u>56.847</u></u>	<u><u>51.704</u></u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>56.847</u></u>	<u><u>51.704</u></u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**QUADRO II**  
**BSB ENERGÉTICA S.A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO**  
**FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
(DESPESAS) RECEITAS			
Despesas gerais e administrativas	9	(143)	(43)
Resultado financeiro líquido		271	-
Equivalência patrimonial	6.2	23.577	34.675
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>23.705</u>	<u>34.632</u>

---

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

---

**QUADRO III**  
**BSB ENERGÉTICA S.A**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.705	34.632
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<u><u>23.705</u></u>	<u><u>34.632</u></u>

---

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

---



**QUADRO IV**  
**BSB ENERGÉTICA S.A**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e dos adiantamentos para futuro aumento de capital	
		Capital social	reserva legal						reserva para investimento
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017		1.957	391	1.566	6.190	-	10.104	-	10.104
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	17.060	17.060
Ajuste regularização adiantamento p/futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	(50)	(50)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	34.632	34.632	-	34.632
Dividendos distribuídos	7.3	-	-	-	(10.042)	-	(10.042)	-	(10.042)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(8.658)	(8.658)	-	(8.658)
Destinação do lucro:		-	-	-	25.974	(25.974)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.957	391	1.566	22.122	-	26.036	17.010	43.046
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	-	-	-	-	-	44	44
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	23.705	23.705	-	23.705
Dividendos distribuídos	7.3	-	-	-	(39.901)	-	(39.901)	-	(39.901)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(5.926)	(5.926)	-	(5.926)
Destinação do lucro:		-	-	-	17.779	(17.779)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		1.957	391	1.566	-	-	3.914	17.054	20.968

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**QUADRO V****BSB ENERGÉTICA S.A****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		23.705	34.632
Ajuste para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	6.2	(23.577)	(34.675)
Depreciação Acumulada		7	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Impostos a recolher		65	-
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>200</b>	<b>(43)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Dividendos recebidos	5	44.486	11.025
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>44.486</b>	<b>11.025</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	7.3	(18.671)	(11.025)
Adiantamento para futuro aumento de capital		44	38
<b>Caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(18.627)</b>	<b>(10.987)</b>
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>26.059</b>	<b>(5)</b>
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	3	8
No fim do exercício	4	26.062	3
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>26.059</b>	<b>(5)</b>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**  
**(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado).**

---

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A BSB Energética S.A. (“Companhia” ou “BSB”) foi constituída em 31 de maio de 2000, e tem por objetivo social, a geração de energia elétrica no segmento de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), até o limite de 200 MW, bem como exercer atividades inerentes à sua finalidade principal e participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista, como meio para realizar o objeto social.

A BSB possui 13.845.611 ações ordinárias da investida Brasil PCH S.A. equivalente a 14,70% de participação no capital da investida.

A Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) foi constituída em 23 de março de 2005, e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, através da PCH Participações S.A., investida que possui 99,99% do capital social de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com capacidade total de operação de 291 MW.

A Brasil PCH S.A. tem por objeto social qualquer atividade que seja relacionada à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em Acordo de Acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A venda de energia elétrica gerada pelas 13 PCH’s controladas indiretas se dá através de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas com a Eletrobrás através do PROINFA.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

### **2.2 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações são apresentadas em milhares de reais – R\$ - a moeda funcional da Companhia.

### 2.4 Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício está relacionada, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; e (ii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### 3.1 Instrumentos financeiros

#### 3.1.1 - Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por contas a receber de partes relacionadas (Nota explicativa nº 8), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado e por aplicações financeiras (Nota explicativa nº 4), classificadas como mensuradas ao valor justo.

A adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Empresa estão substancialmente representados por partes relacionadas (Nota 8), e dividendos a pagar (Nota explicativa nº 5), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a) a (c) mencionadas acima.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros compreendem:

#### Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa nº 4.

### 3.2 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

### 3.3 Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito, quando esperadas, são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas e, portanto, a adoção inicial do IFRS 9 / NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018 não apresentou impactos relevantes na mensuração da provisão para perdas em contas a receber da Companhia

### 3.4 Investimento

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos da coligada é incorporado às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligada é inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

### 3.5 Depreciação da investida Brasil PCH S.A.

A depreciação da Brasil PCH S.A. e de suas controladas (“Brasil PCH”), exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas

pelas resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012, que, no entendimento da Administração da Brasil PCH, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Brasil PCH S.A. considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração, do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Brasil PCH. A Administração da investida considera provável a renovação da autorização, considerando, inclusive, as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC-27.

#### Autorização e indenização

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Brasil PCH restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

#### **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	<u>26.062</u>	<u>3</u>
Total	<u><u>26.062</u></u>	<u><u>3</u></u>

#### **5. DIVIDENDOS A RECEBER**

Refere-se a constituição de dividendos a receber de sua investida Brasil PCH S.A., conforme movimentação abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	2.142
Constituição de dividendos	18.458
Dividendos recebidos	<u>(11.025)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.575
Constituição de dividendos	37.557
Dividendos recebidos	<u>(44.486)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>2.646</u></u>

## 6. INVESTIMENTOS

### 6.1 Informações sobre a investida

Data base: 31/12/2018

<u>Investida</u>	<u>Ações ordinárias possuídas</u>	<u>Participação no capital integralizado %</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido do exercício</u>
Brasil PCH S.A.	13.845.611	14,70%	1.148.540	963.704	184.836	160.389

Data base: 31/12/2017

<u>Investida</u>	<u>Ações ordinárias possuídas</u>	<u>Participação no capital integralizado %</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</u>
Brasil PCH S.A.	13.845.611	14,70%	958.544	678.603	279.941	203.736

### 6.2 Movimentação do investimento

	<u>saldo 1/1/2017</u>	<u>equivalência patrimonial</u>	<u>dividendos</u>	<u>saldo 31/12/2017</u>	<u>equivalência patrimonial</u>	<u>dividendos</u>	<u>saldo 31/12/2018</u>
Brasil PCH S.A.	24.934	34.675	(18.458)	41.151	23.577	(37.557)	27.171
Total	24.934	34.675	(18.458)	41.151	23.577	(37.557)	27.171



## 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social integralizado é de R\$ 1.957 e está representado por 100.000 ações. Abaixo está representada a composição acionária da Companhia:

	2018 e 2017		
	Ações	%	Valor integralizado
<u>Acionistas</u>			
Companhia Energética de Brasília - CEB	9.000	9%	176
Eletroriver S.A	91.000	91%	1.781
Total	<u>100.000</u>	<u>100%</u>	<u>1.957</u>

### 7.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

### 7.3 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, do saldo total remanescente do lucro do exercício, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) deve ser atribuído ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

	<u>Controladora</u>
Dividendos Pagos em 15 de março de 2017	(1.470)
Dividendos Pagos em 5 de junho de 2017	(1.470)
Dividendos Pagos em 11 de julho de 2017	(1.470)
Dividendos Pagos em 7 de agosto de 2017	(2.940)
Dividendos Pagos em 5 de setembro de 2017	(2.205)
Dividendos Pagos em 5 de dezembro de 2017	(1.470)
Total de dividendos distribuídos em 2017	<u>(11.025)</u>
Dividendos Pagos em 5 de fevereiro de 2018	(1.470)
Dividendos Pagos em 26 de junho de 2018	(1.470)
Dividendos Pagos em 14 de agosto de 2018	(15.731)
Total de dividendos distribuídos em 2018	<u>(18.671)</u>

### 7.4 Reserva para investimentos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que serão destinados até 75% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, à constituição de reserva para investimento, com a finalidade de financiar projetos de expansão de unidades operacionais da Companhia, bem como investimentos em suas controladas, coligadas e/ou consórcios. O saldo dessa reserva não poderá exceder a 80% do capital social.

## 8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Ativo - não circulante</u>	<u>Passivo - não circulante</u>
	<u>Partes relacionadas</u>	<u>AFAC</u>
	(a)	(a)
Eletroriver S.A.	947	15.627
CEB - Companhia Energética de Brasília	-	1.427
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>947</u>	<u>17.054</u>
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>947</u>	<u>17.010</u>

(a) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital e saldos de partes relacionadas os quais não são corrigidos, não têm contrato, nem data de vencimento.

## 9. DESPESAS POR NATUREZA

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Serviços de terceiros	(49)	(42)
Depreciação	(7)	-
Financeiras, líquidas	271	(1)
Tributos	(87)	-
Equivalência patrimonial	<u>23.577</u>	<u>34.675</u>
Total	<u>23.705</u>	<u>34.632</u>
Classificado como:		
Gerais e Administrativas	(143)	(42)
Financeiras, líquidas	271	(1)
Equivalência patrimonial	<u>23.577</u>	<u>34.675</u>
	<u>23.705</u>	<u>34.632</u>

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### (a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

### (b) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

(c) Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

(d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

## **11. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

As principais transações que não afetaram o caixa estão descritas a seguir:

- Constituição de dividendos a receber no montante de R\$ 37.557 (2017, R\$ 18.458).

## **12. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira assim como consideraram eventos subsequentes até 29 de março de 2019, data na qual essas demonstrações financeiras foram aprovadas.

---